

MILITARES

TCE MANDA GOVERNO PAGAR A CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Tribunal de Contas do Estado entende que Zema deve seguir a lei estadual, voltar a pagar a parcela patronal e reduzir os descontos nos salários dos policiais

BERNARDO ESTILAC

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG) determinou que o Governo de Minas Gerais retorne a contribuição para o Instituto de Previdência Social dos Militares (IPSM) e reduza a cobrança aplicada sobre o salário de bombeiros e policiais. O acórdão que manteve a decisão expedida anteriormente pela Primeira Câmara do órgão, determina que o Executivo Estadual não poderia alterar as regras sobre os encargos previdenciários sem antes aprovar uma alteração na legislação com a devida tramitação na Assembleia Legislativa.

A medida foi comemorada pelos militares mineiros, que informaram já ter recebido do governo estadual a informação de que acatará a determinação em dezembro deste ano. Na prática, o desconto no salário dos servidores para financiar o Instituto de Previdência voltará a ser de 5% do valor total e o Executivo retornará a contribuição patronal ao IPSM na casa de 16% da remuneração do bombeiro ou policial.

Desde 2020, o governador Romeu Zema (Novo) passou a aplicar em Minas a Lei Federal 13.654/2019, que aumentou a contribuição das Forças Armadas para 9,5% em 2020 e 10,5% a partir de 2021, estendendo o entendimento aos policiais e bombeiros mineiros. Na esteira desta decisão, o Executivo também suspendeu a contribuição patronal ao IPSM.

Desde o primeiro mandato, Zema vive em pé de guerra com as forças de segurança também por questões de recomposição salarial. A drástica redução no financiamento ao Instituto de Previdência dos militares ampliou as rugas da categoria com o governador.

De acordo com o deputado estadual e presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia, Sargento Rodrigues (PL), o saldo negativo para o IPSM com a suspensão da contribuição patronal se aproximava dos R\$ 7 bilhões em dezembro de 2023. O parlamentar aponta que os cálculos foram feitos a partir de dados levantados pela própria direção do instituto.



MUDANÇA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MILITARES PROVOCOU INSATISFAÇÃO NA CATEGORIA, QUE PROTESTOU CONTRA A MEDIDA



“É provável que eles queiram acelerar a tramitação. No entanto, a gente sabe que este ano o projeto não anda. Não tem espaço na agenda, há muitos outros projetos na pauta de autoria do próprio Executivo

SARGENTO RODRIGUES (PL), deputado estadual

LEI PREVALECE

Apesar de a Lei Federal 13.654/2019, Zema deixou de cumprir a Lei Estadual 10.366/90, que fixa a contribuição em 8% para os servidores e 16% para o governo estadual. A decisão do TCE-MG prevê o retorno da operação de acordo com a legislação mineira ao acatamento movido pela Associação dos Praças Policiais e dos Bombeiros Militares de Minas Gerais (Aspra-PMBMG).

“Resaltamos que a decisão do Pleno do TCE em acatar a denúncia da ASPRA foi sim uma grande vitória para toda a categoria, fundamental para manter de pé o IPSM, grande patrimônio da família militar mineira”, disse a associação em nota divulgada neste sábado (16/11) sobre a decisão que envolve o instituto que oferece serviços de saúde e previdência aos militares e seus dependentes.

PROJETO

A adoção da lei federal não foi a única carta que o governo estadual tinha na manga para alterar as regras previdenciárias dos servidores. Em abril deste ano, Zema enviou à Assembleia o Projeto de Lei (PL) 2.239/2024, que aumenta o percentual de desconto nos salários dos militares para 13,5% e reduz a contribuição do estado de 16% para 1,5%.

O projeto está parado na Comissão de Constituição e Justiça da Casa. Ao longo dos meses, com outras pautas consideradas mais urgentes, como a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e o reajuste salarial do funcionalismo público, a base governista na Assembleia não dedicou grandes esforços para fazer o PL do IPSM andar.

Com a retomada da contribuição patronal, no entanto, é possível que os parlamentares da situação retomem a discussão sobre o projeto, como afirmou a reportagem e o deputado Sargento Rodrigues. “É provável que eles queiram acelerar a tramitação. No entanto, a gente sabe que esse ano o projeto não anda. Não tem espaço na agenda, há muitos outros projetos na pauta de autoria do próprio Executivo. Eu conversei com alguns deputados da base e essa é a percepção”, disse o parlamentar clássico.

Rodrigues também acredita que, com a retomada da participação do financiamento do estado ao IPSM e uma cobrança reduzida nos salários dos militares, aprovar o projeto ficará ainda mais difícil para Zema diante dos protestos da categoria. “A mobilização será muito forte porque é um projeto que impacta do soldado mais moderno ao coronel com mais tempo de casa”. A reportagem procurou o governo estadual para um posicionamento sobre a decisão do TCE-MG. Até o fechamento desta edição, não houve resposta. ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3